

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 041

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 004ª SESSÃO  
EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL  
REALIZADA EM  
26 DE ABRIL DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

Às dezesseis horas e dez minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO ESPECIAL.**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Especial, na qual será escolhido o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Esta Presidência esclarece ao Plenário que, para a discussão e votação do projeto de Decreto Legislativo nº 005/00, que aprova o nome para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, adotará o disposto no Artigo 218 e seguintes do regimento interno, como segue:

I - os oradores deverão inscrever-se antes do início da discussão e do encaminhamento da discussão, respectivamente;

II - os candidatos inscritos para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas, terão o direito de usarem a palavra por dez minutos, uma única vez, improrrogável e sem apartes;

III - durante a discussão, cada deputado poderá fazer uso da palavra, uma única vez, pelo prazo de quinze minutos;

IV - no encaminhamento da votação, poderá qualquer deputado falar apenas uma vez, pelo prazo de dez minutos;

V - os apartes, permitidos pelo orador, não poderão exceder a três minutos, e não serão permitidos no encaminhamento da votação;

VI - a votação será por escrutínio secreto e ao ser chamado pelo senhor 1º secretário, o deputado deverá dirigir-se à mesa onde receberá a sobrecarta, a seguir, dirigir-se à cabine indevassável a direita da Mesa em cujo interior encontrará cédulas de votação contendo os nomes dos candidatos;

VII - os senhores deputados deverão escolher o nome do candidato de sua preferência, sinalizando com um (x), no local apropriado, na cédula de votação, utilizando as mesmas que se encontram na cabine indevassável, à direita da Mesa;

VIII - após haver feito sua opção de voto o deputado deverá colocar a cédula na sobrecarta e depositá-la na urna que se encontra sobre a Mesa.

IX - esta Presidência deseja salientar que para aprovação do nome proposto no projeto de decreto legislativo a Assembléia Legislativa deliberará em discussão única, pôr maioria de votos dos deputados, conforme determina o regimento interno.

X - esclareço ainda, a realização de segundo escrutínio, com os dois mais votados para o cargo de conselheiro, quando, no primeiro, não se alcançar maioria de votos dos senhores deputados.

XI - será considerado escolhido o candidato mais idoso, após o segundo escrutínio, em caso de empate.

Concedo, neste instante, a palavra ao candidato inscrito, doutor Valdir José Romanini. Vossa Senhoria tem o prazo de dez minutos.

**O SR. VALDIR JOSÉ ROMANINI**

Excelentíssimo senhor presidente da Mesa, Nelson Justus e demais integrantes desta Executiva; Excelentíssimos senhores deputados; ilustres auxiliares e demais funcionários.

Ao ocupar esta tribuna fico tomado de entusiasmo cívico, porque dela ocuparam ilustres deputados extremados das causas que lhes foram confiadas, cujos ideais atravessaram fronteiras e repercutiram nas grandes partes de nosso País e do mundo, fazendo com que contemplamos com entusiasmo a grandeza de nosso Estado do Paraná, rendendo a todos que prestaram e prestam suas contribuições as nossas homenagens.

Meu nome é Valdir José Romanini, resido em Curitiba, sou formado em Economia desde o ano de 1974, e em direito desde o ano de 1978, exerci funções na vida pública bandeirante, e mantenho escritório tributário que atende em diversos estados brasileiros, empresas de

grande porte, daí posso classificar, humildemente, de que sou um profissional bem sucedido.

Inobstante a todas espécies de divulgações em ser uma eleição direcionada, mantive serenamente minha inscrição para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas deste Estado, por depositar plena confiabilidade nos senhores deputados que já deram demonstrações de caráter, arrojo e coragem na postura de passar esse país a limpo em benefício da população, e mais pelo fato de minha posição inovadora, ágil, eficiente e acima de tudo moderna, propiciando uma fiscalização externa paripassu em auxílio direto e permanente ao Poder Legislativo, além de levar aos senhores prefeitos municipais as novas formas de diretrizes orçamentárias especialmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, para isso, apresentei junto à comissão desta Casa de Leis, apresentei um plano de fiscalização externa a ser implantado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná em auxílio à Assembléia Legislativa, para que o “passado não seja imprevisível”, e no ensejo proporcionando atualização com a lei de responsabilidade fiscal, beneficiando os administradores públicos no controle orçamentário.

A síntese deste Plano é utilizar de métodos avançados de informatização e vistorias técnicas por pessoas qualificadas em cada especialidade de obra em andamento, com tais procedimentos evita-se surpresas e o projeto tem sua execução exatamente nos padrões contratados, são pequenas despesas para grande economia, exemplificando, uma obra que teria sua reforma em cinco anos, com esse sistema somente iria sofrer tal reforma após decorridos quinze anos, é uma providência antecipada de fiscalização, sendo tarefa do Tribunal de Contas em fiscalizar rotineiramente as contas públicas, e que tem sua eficácia quando exercida na fonte e na oportunidade da realização.

Ainda com a lei de responsabilidade fiscal, no intuito de diminuição do déficit público, exige acima de tudo economia nos gastos, e o plano age também nesse sentido auxiliando o Estado, municípios, Legislativos e Judiciário, nas substituições das atuais licitações com a introdução de leilão com repique para compras de bens e serviços, enriquecido por todos os dados necessários, possibilitando que todas as empresas participantes tenham condições de emitirem seus preços e lances para um determinado leilão, desta forma, serão eliminadas eventuais “gorduras” inúmeras vezes verificadas em licitações. A redução econômica é tão fantástica que situa-se nos índices na transparência da execução orçamentária, onde todos os municípios e estado serão interligados pelo sistema “on line”, que transita pela internet e sua base de dados centralizada junto ao Tribunal de Contas, com essa providência, além de atender o disposto constitucional, resultará no acompanhamento de todo sistema contábil dos municípios e do Estado, possibilitará a execução do controle externo por essa Assembléia Legislativa, Tribunal de Contas e Câmaras Municipais, e os administradores terão absoluta transparência de seus atos, que na

verdade são públicos, e no mesmo recurso da internet os pareceres exarados pelo Tribunal de Contas, suas orientações, com as interpretações de leis, serão endereçadas a cada município. Será criado um centro oficial de estudos avançados pelo Tribunal de Contas voltado ao ramo do direito administrativo, abrangendo todas suas áreas.

Serão corrigidas ineficiências técnicas, sem dolo, e aquelas de maior incidência serão ministrados cursos aos responsáveis.

Prevê o plano uma fiscalização aos fundos previdenciários autorizados pela Constituição Federal - 88, especialmente perante às prefeituras que o implantaram, eis que algumas vem aplicando a arrecadação em obras sociais, sem a necessária reserva para aposentadorias, tudo em favor a ordem social.

Outro destaque do plano correspondente as concessões de serviços onde as Câmaras Municipais deverão estar atualizadas para cada decisão para não acarretarem violentas indenizações sobre os municípios.

Como se vê, muito trabalho pela frente, somente concluído quando tudo estiver integrado, aflorando a verdadeira transparência.

A fiscalização desenvolvida pelo Tribunal de Contas é o freio regulador entre os poderes, acompanhando o exercício legal da administração, com responsabilidade busca o equilíbrio administrativo e ordem social, portanto, exige-se que seus conselheiros sejam imparciais, sem ligações políticas para que o Tribunal de Contas, no tocante às suas atribuições, passe a auxiliar ao Poder Legislativo em todos os atos que estão sendo realizados pelos Poderes Executivos e Judiciário, cujo assessoramento pelo Tribunal de Contas se faz necessário, assegurando o princípio da moralidade e responsabilidade, bases autênticas da democracia, especialmente, em época que o Poder Legislativo assume o corajoso papel investigatório de criminalidades que afetam a população.

O Tribunal de Contas tem que ir a campo, não ficar centrado somente em papéis, tem que assumir a responsabilidade de seu parecer que para contrariá-lo exige votação qualificada de 2/3 dos membros de um Poder Legislativo, tem que informar a Assembléia Legislativa de seus levantamentos e manter com essa harmonioso convívio.

Aviso antecipadamente, se alguém pretende esperar aposentadorias, que não o faça pelo Tribunal de Contas acaso eu sair vencedor, pois as renovações são profundas e eficazes, exigindo uma brava carga ocupacional.

Vamos fazer um elefante branco voar com seus quase 8.000 m<sup>2</sup>, com aproximadamente 500 funcionários, fora os inativos, vamos resolver os ajustes de contas para que uma obra tenha começo meio e fim, para não ter a vergonha de quando sair e entrar naquele Tribunal deparar no nariz com um esqueleto de concreto chamado Palácio Judicial, que falam em implodir e se isso acontecer por certo serão arranhadas e quebradas muitas vidraças do Tribunal de Contas.

Vale levar ao conhecimento a fala do vice-presidente, daquele Tribunal de Contas, João Féder: assevera o conselheiro lembrando que a sociedade já não suporta mais continuar pagando altos tributos e assistir a atos no exercício e controle da utilização dos recursos públicos. Estou plenamente convencido que a benevolência com as infrações se enraizaram de tal modo na aplicação do direito que transformamos o Brasil no país da impunidade. Aposenta-se em junho deste ano, e sua vaga já está sendo discutida judicialmente.

Assim senhores deputados: não acredito na existência de pacto antecipado para a vaga de Conselheiro antes mesmo de conhecerem o demais candidatos.

Não acredito que tenha corrido neste Plenário uma lista, não acredito que o senhor governador do Estado tenha hipotecado apoio ao seu secretário, como uma forma light de dispensá-lo e depois colocá-lo para julgar as contas do próprio governo.

Não acredito nestas possibilidades, acredito na sinceridade, na dignidade, no caráter e no conceito dos senhores deputados!

Em respeito ao estado democrático, a manutenção de nossas liberdades, aliada a minha profissão de advogado e economista que se coadunam ao cargo, eu coloco nas mãos dos senhores deputados dois mundos, um antigo que é deixar as coisas como estão com suas manobras, favores políticos, amizades outro mundo novo, moderno, eficiente que leva a um permanente controle e transparência ao dinheiro público, ao qual pertencço, para isso, invoco a proteção de Deus e submeto meu nome à apreciação dos senhores deputados da Assembléia Legislativa do nosso glorioso Estado do Paraná.

Muito obrigado, senhor presidente.

**(Aplausos)**

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há sobre a Mesa apenas a inscrição do doutor Waldir José Romanini que acaba de fazer uso da palavra.

Temos a inscrição de dois deputados para encaminhamento da votação.

Concedo a palavra ao deputado Basílio Zanusso.

#### O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor Presidente, ilustres colegas deputados, prezada deputada Serafina, eminentes companheiros que se inscreveram como candidatos à vaga do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas, o meu ilustre amigo, Odilon Gadata, secretário dos Transportes, por várias vezes, doutor Heinz Herwig, também não menos ilustre o doutor Waldir José Romanini, que embora menos conhecido aqui no nosso meio político, veio e inscreveu-se e usou da palavra fazendo um discurso bonito dando o recado de que está capaz para ocupar o cargo.

Senhor presidente, esta Casa ao tomar conhecimento da aposentadoria do ex-conselheiro João Cândido da Cunha Pereira, recebeu pronunciamento de vários par-

lamentares, um deles me lembro muito bem do deputado Luiz Carlos Zuk que conclamava os deputados desta Casa a procederem da mesma forma que fazem os deputados de outros estados, especialmente os mais vizinhos, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul as duas últimas vagas foram para dois deputados, uma deputada e um deputado. Em Santa Catarina os três conselheiros foram preenchidas por deputados no exercício do mandato.

Quando se falou do processo que se iniciaria aqui, do preenchimento daquele cargo, não só dos deputados. Uma coisa que me deixou muito feliz foi que, muitas vezes fui abordado aqui nos corredores da Casa, por funcionários desta Casa, funcionários da imprensa me cumprimentando, dizendo que: “deputado Basílio o senhor já há 30 anos nesta Casa, tendo amizade e bom relacionamento com os deputados e todas as bancadas, tendo se preocupado, no decorrer de todos esses anos, com o caráter e procedimento correto, embora esta Casa seja uma Casa política, é a vez da ida do senhor para o Tribunal de Contas”. Confesso que às vezes com isso me sentia um pouco mais velho, como se dissessem: Chegou a sua hora de descansar no Tribunal de Contas. Mas não é esse o meu desejo.

Para ir para o Tribunal de Contas temos ue ter dois aspectos importantes. O primeiro já legal que é preencher os requisitos da Constituição e do nosso Regimento Interno que é qualificação pessoal e profissional.

O segundo, é ter apoio político. Porque esse cargo é um cargo político mais ou menos direcionado. Assim é o comando da Constituição Federal.

E me consultei após muitas reflexões se deveria ou não pleitear essa vaga e conclui por aceitá-la e mais do que isso, pretendê-la.

Examinei nesses aspectos: iniciei o curso de direito na Faculdade de Curitiba, e conclui na PUC do Paraná. Atendido esse requisito inicial, faltava um outro de apoio político. Apoio da Assembléia Legislativa. Claro! Se aqui estou a tantos anos, onde passaram tantos deputados, alguns não estão mais conosco e que sempre me preocupei nesse relacionamento amigo, cordial, no dia a dia. É evidente que aqui nós temos partidos diferentes, Bancadas diferentes, posicionamentos diferentes. Não é recomendável, entendo na Casa Legislativa, o Parlamentar tenha posicionamento a cada dia diferente do outro. Nós temos que ter coerência partidária. Evidente, que temos em muitos momentos esse conflito entre coerência partidária e consciência.

Mas, com esse aprendizado de tantos anos eu procurei-me manter-me assim, obtendo os votos dos meus amigos que me apóiam ao longo dos 30 anos.

Quero saudar Alvarino Facin, prefeito do município de Presidente Castelo Branco, que na pessoa dele cumprimento os meus amigos todos, que me acompanham ao longo desses anos e que me emprestam agora a sua solidariedade.

Bem, faltava um outro apoio político evidente, do governador. Por que o governador? Porque ele é o governador do Estado. O meu governador, em quem votei duas vezes.

O governador Jaime Lerner em nenhum momento ele telefonou-me para pedir o meu voto para a sua candidatura, nenhum dia, em nenhum momento. Porque sabia que o senhor governador que sou assim, voto, não perturbo, voto na eleição e voto depois aqui. Mas não sou bajulador, não sou homem de ir muito ao Palácio, não há necessidade, sou amigo e sou companheiro.

É evidente, que quando a Sua Excelência o apoio da candidatura do eminente secretário Heinz Georg Herwig, que não fiquei feliz. Porque também esperava receber dele o mesmo apoio. Muito embora, compreendo perfeitamente, a posição do senhor governador do Estado.

Por isso, fui buscar junto aos meus amigos aqui, companheiros e meus colegas, não de todos, queria pegar para a minha indicação. Não queria chegar, fazer um requerimento simples: Basílio Zanusso infra assinado requer a sua inscrição. Procurei apoio como se faz aqui diariamente, de quase 40 deputados. Poderia ter buscado apoio de 54. Essa era a minha intenção. Não podia passar na minha cabeça que vivesse este instante, não queria disputar com Heinz, não queria esse confronto com o Palácio e não queria constranger amigos.

Mas, passou muito tempo, não houve solução e acabou nos chegando aqui nessa disputa, me permita doutor Romanini polarizada, entre Basílio Zanusso e doutor Heinz.

Mas é apenas uma eleição a mais das tantas que eu vivi, espero estar preparado para vencê-la ou para perder.

Mas queria e não podia deixar da tribuna, para dizer que a grande discussão que se faz nessas oportunidades de provimento de cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas no Brasil, é a questão constitucional. Procuradores, Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ingressaram com uma ação, um mandado de segurança antecipadamente no poder Judiciário, buscando a garantia de seus direitos, que julgam tê-los, porque imaginam os senhores procuradores e auditores que a próxima vaga que se dará com a aposentadoria do ilustre conselheiro João Féder, que esta vaga pertencerá a eles, procuradores e auditores do Tribunal de Contas. essa é a discussão mas essa discussão vai longe demais. O que resumidamente, o tempo não me permite o que me cabia, era inscrever-se pelas considerações que diz há pouco, confiado na estima que tenho, no relacionamento com os senhores deputados, na minha vida e também do aspecto legal além do aspecto político, no aspecto legal, porque esta vaga que estamos discutindo, é privativa desta Casa, do Poder Legislativo. Por isso que a Constituição Estadual dispõe que cinco dos sete conselheiros, serão por indicação desta Casa e dois dos conselheiros, por indicação do chefe do Poder Executivo, sendo elas, alternadamente de um procurador e auditor junto àquele

órgão. Ora, discute-se a vaga de João Feder e me permito declinar o seu nome porque é uma vaga que se dará em função da sua idade. Por isso, senhores deputados, não imagino que esta Casa devesse discutir esta vaga, a quarta vaga, porque ela é nossa. A exemplo de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Brasil inteiro, não imaginava por isso, meu amigo Herwig, estarmos aqui disputando os votos da nossa Casa numa eleição como esta, não esperava fazer. Ah! Mas decisões contrárias em que, exemplo no Estado de Santa Catarina, são quatro deputados estaduais, três do executivo sendo um de livre escolha, mas a nossa Constituição, senhor presidente que sofreu uma ação de inconstitucionalidade, caiu no Supremo, prevalece a nossa Constituição *in totum*, integral. Portanto, no meu modesto entendimento, pode esta Casa até que a Constituição seja mudada, alterada, pode sim, indicar o futuro conselheiro com a vaga que se abrirá no final do mês de junho.

Por isso, senhor presidente, fui além do prazo que me permite o regimento da Casa e pediria a Vossa Excelência, que da mesma forma, fizesse com o doutor Heinz, que lhe permitisse também, tempo maior do que o regimento nos permite.

Concluindo, para dizer que estou pronto para receber qualquer resultado, que venho reiterar o meu pedido que faço a cada um dos meus amigos, com assinatura ou sem assinatura esta Casa vale, nós todos que estamos aqui, vale a sua assinatura e vale a palavra de todos que estão aqui. Vale. Nós somos homens de bem aqui e falamos em nome do povo, temos responsabilidade. E me ofendi ainda, ontem, quando uma moça perguntou-se: “deputado, o senhor ainda é candidato?” Ora, por que o senhor ainda é candidato? Porque não se pode brincar com as pessoas. E aqui somos homens de bem. Somos responsáveis pelos nossos atos e pelos nossos mandatos.

Senhor presidente, agradeço à Mesa, na pessoa do senhor presidente, do 1º secretário o Hermas, do 2º secretário nosso Zucchi por todas as medidas, por todas as providências necessárias para possibilitarem, viabilizarem a eleição no dia de hoje. Quero agradecer os integrantes da Comissão Especial presidida pelo deputado Pessuti e que foi relator o deputado Cezar Silvestri. Agradeço ao Elio Rusch, ao Hermes Fonseca, agradeço a todos que de uma forma ou de outra emprestaram a sua contribuição. Agradeço os deputados que me procuraram até há pouco: “Basílio, vamos achar uma solução. Está dando algum constrangimento, não gostaria de votar contra o candidato do governador”.

Então quero dizer isso, felizmente me lembrei. Ninguém vota contra o governador, o governador é meu também. Eu o ajudei muito na medida do que me foi possível. E não ajudei só nas eleições, como depois e até hoje. Então não tenham nenhum constrangimento os meus companheiros da Bancada Governista em votar no seu colega. Porque a minha candidatura não é contra ninguém. Muito especialmente contra o governador. Apenas a mantive porque não havia outra solução se não estar,

aqui, até este momento. Muito obrigado. Desejo que tudo transcorra bem e, senhores deputados, qualquer que for o resultado não haverá, deste deputado, do seu amigo aqui, nenhuma restrição a ninguém até porque o voto vai ser secreto. Não sabemos quem vai votar em quem e não sou homem de mágoa e nem de ter um relacionamento mais difícil, nem ódio no meu coração. Recebo com respeito a manifestação do voto e da vontade de cada um dos meus colegas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta Presidência com satisfação anuncia a presença do doutor Clóvis Coelho - presidente do Sinduscom de Londrina.

A Mesa consulta se o candidato - secretário Heinz Herwig quer fazer uso da palavra.

**O SR. HEINZ HERWIG**

Senhor presidente, deputado Nelson Justus, senhor 1º secretário Hermas Brandão, senhor 2º secretário Augustinho Zucchi, líder do Governo, Valdir Rossoni, senhores deputados, senhora deputada.

É, para mim, motivo de muita satisfação voltar a esta Casa que tive a oportunidade de servir durante quatro anos.

Ocupei algumas vezes este microfone, era deputado de Oposição, ao governo de então. Mas, volto aqui, com alegria muito grande de ter muito aprendido nesta Casa de Leis.

Durante quatro anos aqui convivi com a maioria dos senhores, deputados dos quais sei, como é difícil chegarem aqui. Eu, que ao longo de toda a minha vida, sempre fui muito mais um técnico, alguém que como simples engenheiro formado há bastante tempo, conseguiu galgar, dentro da profissão que escolheu, todas as etapas que um simples engenheiro pudesse galgar.

Fui engenheiro fiscal de obras, fui chefe de distrito do DER de Londrina, diretor de obras do DER, diretor geral e depois secretário de Transportes do governo José Richa.

Graças à amizade e apoio dos companheiros, continuei como secretário de Transportes do governador Álvaro Dias. E, depois, caminhei os mesmos caminhos dos senhores para me eleger deputado estadual. Tomei cachaça quando estava sem vontade, tomei café quando estava com azia, comi pão velho quando estava sem fome. E por isso que este técnico dá tanto valor ao trabalho que os senhores fazem aqui nesta Casa.

Sei como é difícil chegar aqui e só tive coragem de ser candidato a deputado uma só vez. E, é por isso que respeito tanto uma pessoa que é hoje não o meu adversário, é apenas um competidor eventual o deputado Basílio Zanusso.

É o decano dos deputados, alguém que respeito profundamente e não é da boca para fora. Tenho uma convivência de muitos anos com o Basílio e gostaria que

ficasse consignado este meu agradecimento e esta minha admiração a você, Basílio, por tudo que representa nesta Casa e no Estado do Paraná.

Me propus a me candidatar ao Tribunal de Contas, não por vontade própria, mas também por apoio de uma série de deputados que estão aqui presentes. Você não pode ser candidato de si próprio, você só pode colher alguma coisa se plantou bem, espero também ter plantado bem para poder colher aquilo que você até hoje fez e semeou.

Então, meus colegas deputados, não vou prometer nada. Vocês todos me conhecem, sabem como ajo. Sou um companheiro de trabalhar e ajudar no que for possível dentro da legalidade. Me proponho, no Tribunal de Contas, a continuar fazendo aquilo que sempre fiz. Me proponho, se for da opinião dos senhores, ser este elo de ligação entre os senhores deputados e o Tribunal de Contas do Estado que é um órgão auxiliar desta Casa.

A decisão é dos senhores! Se sou candidato, sou candidato daquilo que espero ter representado e tenho certeza que os senhores, cada um na sua consciência, vai saber escolher aquele que melhor os represente.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar a votação, o deputado inscrito é o deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)**

Senhor presidente Nelson Justus, 1º secretário Hermas, 2º secretário Augustinho Zucchi, senhora deputada, senhores deputados; inicialmente nossos cumprimentos pessoais ao Valdir José Romanini, ao Heinz Herwig e ao Basílio Zanusso. E nossos cumprimentos a todos que neste Plenário se encontram.

Quero, de início, salientar que uso a tribuna neste momento não na condição de presidente da Comissão Especial. Comissão Especial esta que procurou se desincumbir das tarefas a ela atribuídas por Vossa Excelência, pelo Regimento e pela Constituição, e que teve nas pessoas dos deputados César Silvestri, Élio Rusch, Hermes da Fonseca e Beraldin, toda a dedicação e cuidado para que o trabalho de entrevista com os candidatos, análise dos seus currículos e documentos fosse a mais transparente, a mais democrática, a mais cuidadosa possível.

Nossa missão concluiu-se na tarde de ontem, quando demos por encerrada a reunião de entrevistas, elaboração, votação e aprovação do relatório.

Não falo, também, em nome da minha Bancada, o PMDB. Porque se assim fosse, quem aqui estaria seria nosso líder, deputado Nereu. Não falo, também, em nome da Bancada das Oposições, porque se fosse para falar em nome das Oposições, aqui estaria nosso líder, deputado Irineu Colombo. Falo em meu nome pessoal. Falo em nome de uma luta e de uma trajetória que nesta Casa já completa 17 anos e 3 meses. E, neste período em que aqui estivemos, senhor presidente, por delegação de

Vossa Excelência, do ex-presidente Anibal, do ex-presidente Annibelli, do ex-presidente Sguarezzi, do ex-presidente Trajano Bastos, e muitas vezes, por decisão pessoal nossa, quando na presidência estávamos percorrendo este Brasil, fomos a tantas e tantas Assembléias, participamos de congressos, conferências, fóruns, reuniões, seja em Assembléia ou no Congresso Nacional, na Câmara dos deputados ou no senado, e naquelas oportunidades, seja na condição de integrante da União Parlamentar Inter-Estadual, UPI, seja na condição de participante da União Nacional dos Legislativos Estaduais, o Lale, também por delegação desta Assembléia e por aprovação dos deputados do Brasil tenho o privilégio de ser, hoje, o seu 1º vice-presidente, em todas estas oportunidades nós procuramos defender o Poder Legislativo. Defender que ao Poder Legislativo se atribuisse um espaço maior na sua condição de legislar que se atribuisse ao Poder Legislativo mais responsabilidades, que se desse ao Poder Legislativo a oportunidade de discutir não só dentro da própria Assembléia, mas também fora da Assembléia, os assuntos que interessavam ao Poder Legislativo Estadual e ao Estado que representamos.

Esta tem sido a nossa luta, para termos algum espaço maior, quando se discute, por exemplo, a reforma tributária, que se discute a nível nacional, mas que interfere na vida do Estado, na reforma administrativa, que se vota no Congresso Nacional e que tem repercussão nesta Casa, nos municípios e no Estado, quando se vota uma reforma previdenciária.

Lembro-me da luta incansável e da batalha, até, que travou o ex-presidente Anibal Khury com o ex-ministro Renan Calheiros, da Justiça, quando aqui na Assembléia, aqui no Paraná algumas coisas se discutiam com referência a legislação de trânsito, por exemplo, para a qual nada podemos muitas vezes fazer e temos que obedecer a lei que se vota no Congresso Nacional e que vale para o Amazonas, e que vale para o Paraná, para São Paulo e que vale para o menor município deste Estado.

Esta tem sido a nossa luta para conquistar um espaço maior na nossa atuação, na nossa forma de participar da vida pública e de cumprir com o nosso principal papel que é de legislar e fiscalizar os atos praticados pelo Poder Público Estadual.

Lembro-me de quantas vezes estivemos por este Brasil e muitas delas acompanhados por parlamentares desta Casa que não vou declinar seus nomes para não cometer injustiças, mas em todas estas oportunidades também estes parlamentares diziam que o Poder Legislativo tinha que buscar o seu espaço, buscar, preservar aquilo que era seu de direito e conquistar um espaço maior para trabalhar.

E é por isso que venho à tribuna neste momento para dizer que o constrangimento está criado sim, porque para mim, Orlando Pessuti, é muito difícil não votar, por exemplo, no Valdir José Romanini, que é meu amigo pessoal que o conheço, conheço sua história e que com ele

tenho lutas semanais no dia a dia de nossa vida. Para mim é difícil não votar no doutor Heinz ao qual também deposito amizade e sei que é recíproca esta amizade porque conheço sua integridade, sua honradez, e o seu trabalho, sua forma de trabalhar.

Para mim também é difícil não votar em Basílio Zanusso pessoa que conheço desde quando estudante era do segundo grau aqui em Curitiba e depois universitário, presidindo a Casa do Estudante e que vim a Assembléia Legislativa buscar parcerias de apoio àquela instituição que eu presidia, a Casa do Estudante Universitário do Paraná. Se tenho este constrangimento neste momento tenho que encará-lo de frente, porque está criado sim o constrangimento para mim e os demais deputados.

Mas eu quero dizer, senhor presidente, senhores deputados, como já foi aqui explicitado tanto pelo Romanini, pelo Heinz e pelo Zanusso e certamente na cabeça de todos para isto.

Temos esta vaga na cota da livre indicação da Assembléia Legislativa e nós não poderíamos, na nossa avaliação, neste momento, deixar de indicar o deputado Basílio Zanusso porque ele representa no Tribunal de Contas, tenho certeza, ele representará no Tribunal de Contas a sequência do trabalho que fez, como deputado nesta Casa, que faz como deputado nesta Casa no presente momento.

A vaga é livre de indicação da Assembléia. Teremos duas vagas na sequência que poderão ser da livre indicação do senhor governador, mas também que observar a questão constitucional da questão dos auditores e procuradores, inclusive alguns deles presentes nesta sessão.

Então, não seria o momento agora da Assembléia abrir mão deste seu direito de indicar um dos seus como já fazem outras Assembléias, para que possa lá dar continuidade neste trabalho de assessoramento, de apoio a Assembléia.

E digo ao Valdir e ao Heinz, votar no Basílio, não é votar contra o doutor Heinz ou o Romanini. Votar no Basílio Zanusso, neste momento, é votar a favor do Poder Legislativo que clama a todo instante pelos seus direitos e espaços e que nesta hora não poderia num ato seu abrir mão de suas prerrogativas e do espaço que conquistou.

É por esta razão, senhor presidente, que com todo o respeito que tenho pelo Romanini e ao Heinz e até para que dúvidas não se suscitem por aí, eu peço aos senhores deputados que votem a favor do parlamento estadual, votem a favor do Basílio Zanusso.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, Para Encaminhar, com a palavra, o deputado Beraldin.

#### O SR. BERALDIN

Senhor presidente, senhores deputados, esse é o quarto mandato que ocupo, aqui, na Assembléia Legislativa do Paraná. Durante esse período estamos vivendo,

hoje, o quarto momento, que é o de escolher o conselheiro para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Confesso a Vossa Excelência, que os inscritos são do melhor nível possível, tanto no campo pessoal, nas suas funções e especializações profissionais, como histórico de vida, trabalho apresentado, tanto pelo secretário Heinz, quanto pelo deputado Basílio. Enfim, são nomes intocáveis e que, naturalmente, elevarão cada vez mais o conceito do homem público, ocupando um cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Vou participar mais uma vez, apresentando o meu voto na urna.

No entanto, ocupo esse espaço, para plantar uma semente e talvez ela possa germinar no Congresso Nacional, para que a Constituição federal seja mudada, no tocante à indicação de cargos, para ministros do Supremo, ocupação de cargos para o Tribunal de Contas e que a Constituição pregue, então, o concurso público.

O concurso público dará ao ocupante da cadeira, do fiscal, uma isenção infinitamente, com certeza, maior. Mas sabemos que para que possamos ter essa realidade, devemos ter a mudança da Constituição Federal.

Aí vai o nosso apelo, para que esse momento, que atravessa o País, que se reformem as coisas e que chegue lá a nossa mensagem, para que o Brasil, o Congresso Nacional, mude a Constituição federal e que estabeleça para esses cargos importantes - não que desmereça a indicação dos senhores deputados, do Poder Executivo, mas na esperança de que um dia possamos ter um novo jeito, um jeito novo de caminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Hermas Brandão, que dê início à chamada nominal, para a votação.

O SR. CEZAR SILVEEeSTRI

Senhor presidente, Pela Ordem?

(**Assentimento**)

Pediria a Vossa Excelência e também aos candidatos, se fosse possível, darem-me preferência de votação, porque tenho um vôo marcado, agora, às 18h00.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa já havia tomado providência, solicitando que o secretário o chamasse.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Procede a chamada nominal

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Votaram 53 senhores deputados. Designo uma comissão composta pelos senhores deputados: Orlando Pessuti, Ademar Traiano e Elio Rusch, que juntamente com o senhor 1º secretário procedam o escrutínio dos votos.

(**É feita a contagem dos votos**)

Votaram 53 senhores deputados.

Secretário Heinz Herwig, 27 votos. Deputado Basílio Zanusso 26 votos.

Face à apuração de votos declaro aprovado por este Poder o nome do senhor Heinz Herwig com 27 votos, para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar encerro a presente sessão.

Levanta-se a sessão.